as da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

8 — Apresentação de candidaturas:

8.1 — Prazo — 10 dias úteis contados da data da publicação do presente aviso, considerando-se válidos os requerimentos apresentados até ao termo do prazo fixado para a sua apresentação, sendo entregues pessoalmente ou pelo correio, com aviso de recepção, atendendo-se, neste último caso, à data do registo.

8.2 — Local de apresentação — Rua de D. Luís I, 2.º, 1200-149 Lisboa.

8.3 — Forma de apresentação do requerimento — o requerimento de admissão, dirigido ao inspector-geral de Jogos e contendo a indicação do concurso e categoria a que concorre, deverá explicitar os seguintes elementos:

- a) Nome, estado civil, residência, código postal, telefone e número e data do bilhete de identidade;
- b) Indicação da natureza do vínculo, quadro de pessoal a que pertence e categoria que detém.

8.4 — Documentos a juntar ao requerimento:

- a) Declaração, devidamente actualizada (data reportada ao prazo estabelecido para apresentação de candidaturas), passada pelo serviço a que pertence, da qual conste, de forma inequívoca:

A existência e a natureza do vínculo, categoria detida e antiguidade na categoria actual, na carreira de origem e na função pública;

Classificação de serviço (expressão quantitativa) no período em referência;

- b) Currículo profissional detalhado e actualizado, do qual devem constar, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exercem, bem como as que exerceram, com indicação dos respectivos períodos de permanência e actividades relevantes, assim como a formação profissional detida, com indicação das acções de formação finalizadas;
- c) Certificados comprovativos das acções de formação profissional realizadas.

9 — A não apresentação do documento comprovativo dos requisitos de admissão exigido na alínea *a*) do n.º 8.4 deste aviso determina a exclusão do concurso.

10 — Método de selecção — no presente concurso será utilizada como método de selecção a avaliação curricular;

11 — Classificação final — a classificação final, expressa na escala de 0 a 20 valores, resultará da classificação obtida no único método de selecção aplicável, considerando-se não aprovados os candidatos que obtiverem nota inferior a 9,5 valores.

12 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos quando solicitadas.

13 — Publicitação — à divulgação da relação dos candidatos admitidos e excluídos, bem como à lista de classificação final, aplicar-se-á o disposto no n.º 2 do artigo 33.º, no n.º 2 do artigo 34.º e no n.º 1 do artigo 40.º, todos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

15 — Composição do júri:

Presidente — Arlete da Conceição Silveira, chefe de repartição.
Vogais efectivos:

Maria Teresa de Lima Pinto Nunes, chefe de secção.
Rosa Maria Rocha de Sousa Meneses, chefe de secção.

Vogais suplentes:

Maria de Lourdes Morna Pinto, chefe de secção.
Francisco José Brito Quintino, assistente administrativo especialista.

1 de Julho de 2005. — O Inspector-Geral, *Joaquim Caldeira*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Secretário de Estado
do Desenvolvimento Rural e das Florestas

Despacho n.º 16 339/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho,

exonero, a seu pedido, o inspector-adjunto de ambiente António Henrique Figueiredo das funções de assessor do meu Gabinete.

30 de Junho de 2005. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Rui Nobre Gonçalves*.

Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar

Despacho (extracto) n.º 16 340/2005 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Julho de 2005 do Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas:

Jorge Manuel Rodrigues Simão, técnico superior principal da carreira de jurista do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar — autorizada a concessão de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir da data do despacho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Julho de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Isabel Cordeiro Ferreira*.

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Despacho (extracto) n.º 16 341/2005 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Junho de 2005 do Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas:

Jorge Manuel Machado Conceição, assessor principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura — autorizada a renovação da licença sem vencimento por um ano, ao abrigo do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos desde 2 de Abril de 2005.

6 de Julho de 2005. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 16 342/2005 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Junho de 2005 do Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas:

João Casimiro Marçal Alves, assessor principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura — autorizada a concessão de licença sem vencimento de longa duração, ao abrigo do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos desde 29 de Maio de 2005.

6 de Julho de 2005. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Despacho n.º 16 343/2005 (2.ª série). — Por despachos de 22 de Junho e de 8 de Julho de 2005, respectivamente da subdirectora-geral dos Recursos Florestais e da presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo:

Mário Jorge Vidigal Lourido, técnico de 2.ª classe — autorizada a requisição para este organismo com efeitos reportados a 11 de Julho do corrente ano, ficando a prestar serviço no Núcleo Florestal do Alto Alentejo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Julho de 2005. — O Chefe de Divisão, *Manuel Rosa*.

Direcção-Geral de Veterinária

Despacho n.º 16 344/2005 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Julho de 2005 do director-geral de Veterinária (isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas):

João Pedro Sameiro de Sousa, assessor principal da carreira de médico veterinário do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo Alimentar, a exercer o cargo de director de serviços do Controlo Veterinário na Direcção-Geral de Veterinária, em regime de comissão de serviço — dada por finda a respectiva comissão de serviço, a pedido do interessado, ao abrigo do n.º 2, alínea *c*),